



IL
AS

Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos

PARECER SOBRE A PROPOSTA N.º 559/2014

1ª Revisão Orçamental 2014

1. Nota introdutória

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 559/2014 subscrita pelo Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa Fernando Medina e da sua remessa pela Presidente da Assembleia Municipal à Comissão a 15 de Outubro e com prazo para emissão de Parecer até 3 de Novembro, vem a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos emitir o seu parecer.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou na sua reunião de 8 de Outubro de 2014 a proposta para submeter à Assembleia Municipal a 1ª Revisão ao Orçamento de 2014 e às Grandes Opções do Plano 2014-2017.

A Proposta foi aprovada por maioria a 8 de Outubro de 2014, com 11 votos a favor (9PS e 2 Ind.) e 5 abstenções (2PSD, 1CDS, e 2PCP).

2. Considerandos

2.1 Enquadramento

Nos termos dos pontos 2.3.4 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99 existe a necessidade de inscrição no orçamento em vigor do saldo de gerência de 2013 no montante de 27.949.250,79 euros e que a mesma deverá ser feita em sede de revisão orçamental.

Esse saldo é constituído por 14.772.839,22 euros relativos ao saldo transitado de empréstimos PIPARU - "Programa Investimento Prioritário em Ações Reabilitação Urbana", consignado a projectos aprovados no respectivo V Aditamento, e por 13.176.411,57 euros, destinado ao reforço do orçamento de



capitais próprios conforme previsto nas Grandes Opções do Plano aprovadas pela Assembleia Municipal.

Considerando a existência de receita por cobrar, por não se encontrarem previstas no orçamento em vigor as rubricas adequadas, e que, nos termos da alínea a) do ponto 2.3.4.2 do POCAL publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada.

2.2 Análise da 1ª Revisão Orçamental

De acordo com os pontos 2.3.4 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99 existe a necessidade de inscrição no orçamento em vigor do saldo de gerência de 2013 no montante de 27.949.250,79 euros e que a mesma deverá ser feita em sede de revisão orçamental.

Tal como consta nos quadros anexo à proposta que se observam abaixo, esse saldo é constituído por 14.772.839,22 euros relativos ao saldo transitado de empréstimos PIPARU - "Programa Investimento Prioritário em Ações Reabilitação Urbana", consignado a projectos aprovados no respectivo V Aditamento, e por 13.176.411,57 euros, destinado ao reforço do orçamento de capitais próprios conforme previsto nas Grandes Opções do Plano.

Esta operação contabilística determinada pelo POCAL publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, está de acordo com as Grandes Opções do Plano para 2014-2017 aprovadas pela Assembleia Municipal, conforme pode ser confirmado pela consulta do Boletim Municipal, de 19 de Dezembro de 2013, na página 2326 (66).

A inclusão da verba de 12,478 M€ na orgânica 04.00 deve-se a obras já executada ou a terminar, com DFDs (Declaração de Fundos Disponíveis) lançadas e por isso divida esperada a transitar, já estando na responsabilidade da direcção de finanças.

Salienta-se que as verbas do saldo de gerência destinadas ao PIPARU constituem uma operação contabilística prevista nas Grandes Opções do Plano 2014-2017, sendo verbas remanescentes de obras executadas em anos anteriores que aguardam auto de receção das mesmas para pagamento das últimas tranches e obras já programadas.

Salienta-se que dos 35 M€ inicial previsto para saldo de gerência a transitar, transita efetivamente um valor de 27,949 M€, o que representa 79,9% da previsão inicial.



Quadro 1 – RECEITA

Económica	Valor
16 – Saldo de Gerência Anterior	
16.01 – Saldo Orçamental	
16.01.01 – Na Posse do Serviço	13.176.411,57 €
16.01.03 - Na Posse do Serviço - Consignado	14.772.839,22 €
Total	27.949.250,79 €

Quadro 2 – DESPESA

Orgânica	Económica	Descrição Plano	Valor
05.03	04.07.01 – Instituições sem Fins Lucrativos	A2.P008.06 – Apoio aos Serviços Sociais	676.411 €
08.01	02.02.20.02 – Entidades Colectivas (Outros Trabalhos Especializados)	A4.P006.02 - Tratamento de Águas Residuais - Simtejo	10.500.000 €
14.02	02.02.20.02 – Entidades Colectivas (Outros Trabalhos Especializados)	A4.P005.01 - Aquisição de Serviços Valorsul	2.000.000,57 €
04.00	07.01.03.01.06 – Instalações dos Serviços (Outros)	A2.P008.02 – Instalação Serviços PIPARU	12.478.948,22 €
13.01	08.01.01.01 – Empresas Municipais e Intermunicipais	C1.P003 – Reabilitar Património Habitacional - PIPARU	2.201.959 €
08.03	07.01.03.01.02 – Equipamentos de Educação	C1.P002 – PROGRAMA "ESCOLA NOVA" - PIPARU	91.932 €
Total			27.949.250,79 €

Em relação ao Quadro 3, questionado o gabinete do Sr. Vice-Presidente pelo relator deste parecer, regista-se a informação que a necessidade de criação de novas rubricas se deve a acertos que o Ministério da Finanças fez quanto à classificação de rubricas de receitas municipais e por isso as correções feitas, criando as rubricas para se poder considerar receitas que a CML vai receber por transferência da administração central.



Quadro 3 – ALTERAÇÃO RECEITA

Económicas	Descrição	Reforço	Anulação
R01.02.07.03	Imposto Municipal sobre Veículos	50 €	
R01.02.07.04	Contribuição Autárquica		50 €
R06.01.02	Privadas	50 €	
R06.03.01.99	Outras		100 €
R06.08.01	Famílias	50 €	
R09.01.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras		50 €
R09.01.10	Famílias	50 €	
R09.03.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras		100 €
R09.03.09	Instituições Sem Fins Lucrativos	50 €	
R09.03.10	Famílias	50 €	
R09.04.01	Soc. e Quase-Soc. Não Financeiras		50 €
R09.04.09	Instituições Sem Fins Lucrativos	50 €	
Total		350 €	350 €

3. Opinião do relator

Conforme os pontos 2.3.4 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99 existe a necessidade de inscrição no orçamento em vigor do saldo de gerência de 2013 no montante de 27.949.250,79 euros e que a mesma deverá ser feita em sede de revisão orçamental.

O saldo de gerência é constituído por 14.772.839,22 euros relativos ao saldo transitado de empréstimos PIPARU - "Programa Investimento Prioritário em Ações Reabilitação Urbana", consignado a projetos aprovados no respetivo V Aditamento, que necessariamente tinham de transitar, sendo que parte desta verba é para concluir pagamentos de obras já executadas e por isso ficar classificado na orgânica 04; e por 13.176.411,57 euros, destinado ao reforço do orçamento conforme previsto nas Grandes Opções do Plano aprovadas em Dezembro passado, o que mostra um bom planeamento financeiro da CML.



As verbas destinadas ao PIPARU são uma operação contabilística que se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano 2014-2017, não reflectindo a mesma a programação financeira associada às grandes áreas de actuação do PIPARU, pois essa distribuição pelas diferentes acções que integram cada uma das grandes áreas de actuação é realizada nos exactos termos constantes do V Aditamento ao Contrato de Financiamento aprovado pela Assembleia Municipal através da Deliberação n.º 43/AML/2014, de 25 de Fevereiro.

4. Conclusões

Analizada a proposta sobre a 1ª Revisão do Orçamento de 2014, a Comissão Permanente de Finanças Património e Recursos Humanos da Assembleia Municipal de Lisboa conclui que;

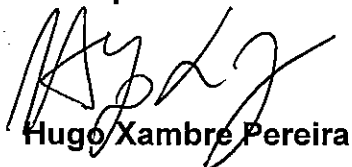
1. A proposta cumpre os requisitos legais exigíveis nos termos dos pontos 2.3.4 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, existindo a necessidade de inscrição no orçamento em vigor do saldo de gerência de 2013;
2. O saldo de gerência é constituído por 14.772.839,22 euros relativos ao saldo transitado de empréstimos PIPARU - "Programa Investimento Prioritário em Ações Reabilitação Urbana", consignado a projectos aprovados no respectivo V Aditamento, e por 13.176.411,57 euros, destinado ao reforço do orçamento de capitais próprios conforme está previsto nas Grandes Opções do Plano

Face a tudo quanto fica exposto, a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa. As diversas forças políticas reservam o seu sentido de voto para plenário.

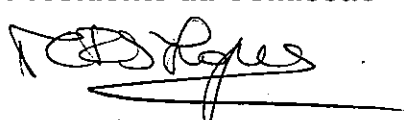
O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

Assembleia Municipal de Lisboa, 27 de Outubro de 2014,

O Deputado Relator


Hugo Xambre Pereira

A Presidente da Comissão


Maria Irene dos Santos Lopes